



**ACÓRDÃO Nº1220/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11309/2017.**

**Apensos:** Processo nº 12688/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Itacoatiara

**4- Exercício:** 2016

**5- Responsável:** Dário Nunes Bezerra Júnior (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Antônio Ribeiro da Costa Filho – OAB/AM 910 e Paulo Geber da Frota – OAB/AM 9.485

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4413/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Quitação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acatou em sessão o voto destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itacoatiara, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Dário Nunes Bezerra Júnior, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2.** De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acatado em sessão pelo Relator, **aplicar multa** ao **Sr. Dário Nunes Bezerra Júnior** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do art. 308, inciso VII, do RI-TCE/AM, c/c o art. 54, inciso VII, da LO-TCE/AM, em virtude das impropriedades remanescentes, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 –



**ACÓRDÃO Nº1220/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**10.3. Determinar** a Câmara Municipal de Itacoatiara que:

- 10.3.1.** Recolha a parcela pendente de IRRF não encaminhada ao Executivo no exercício de 2016, correspondente à época a R\$ 3.691,04 (três mil seiscentos e noventa e um reais e quatro centavos);
- 10.3.2.** Adote o procedimento dos art. 9º da LRF em caso de crise fiscal;
- 10.3.3.** Cumpra integralmente o dever de transparência;
- 10.3.4.** A remessa dos balancetes seja feita tempestivamente;
- 10.3.5.** Prossiga com as providências para regularizar a documentação dos imóveis utilizados pela Câmara Municipal de Itacoatiara;
- 10.3.6.** Aprimore o sistema de controle de ponto dos servidores comissionados;
- 10.3.7.** Realize controle de gasto de combustível mais rigoroso.

**10.4. Dar quitação** ao Sr. Dário Nunes Bezerra Júnior, após o pagamento das penalidades impostas, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que promova o arquivamento dos presentes autos, após o cumprimento das formalidades legais.



**ACÓRDÃO Nº1220/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Dezembro de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral